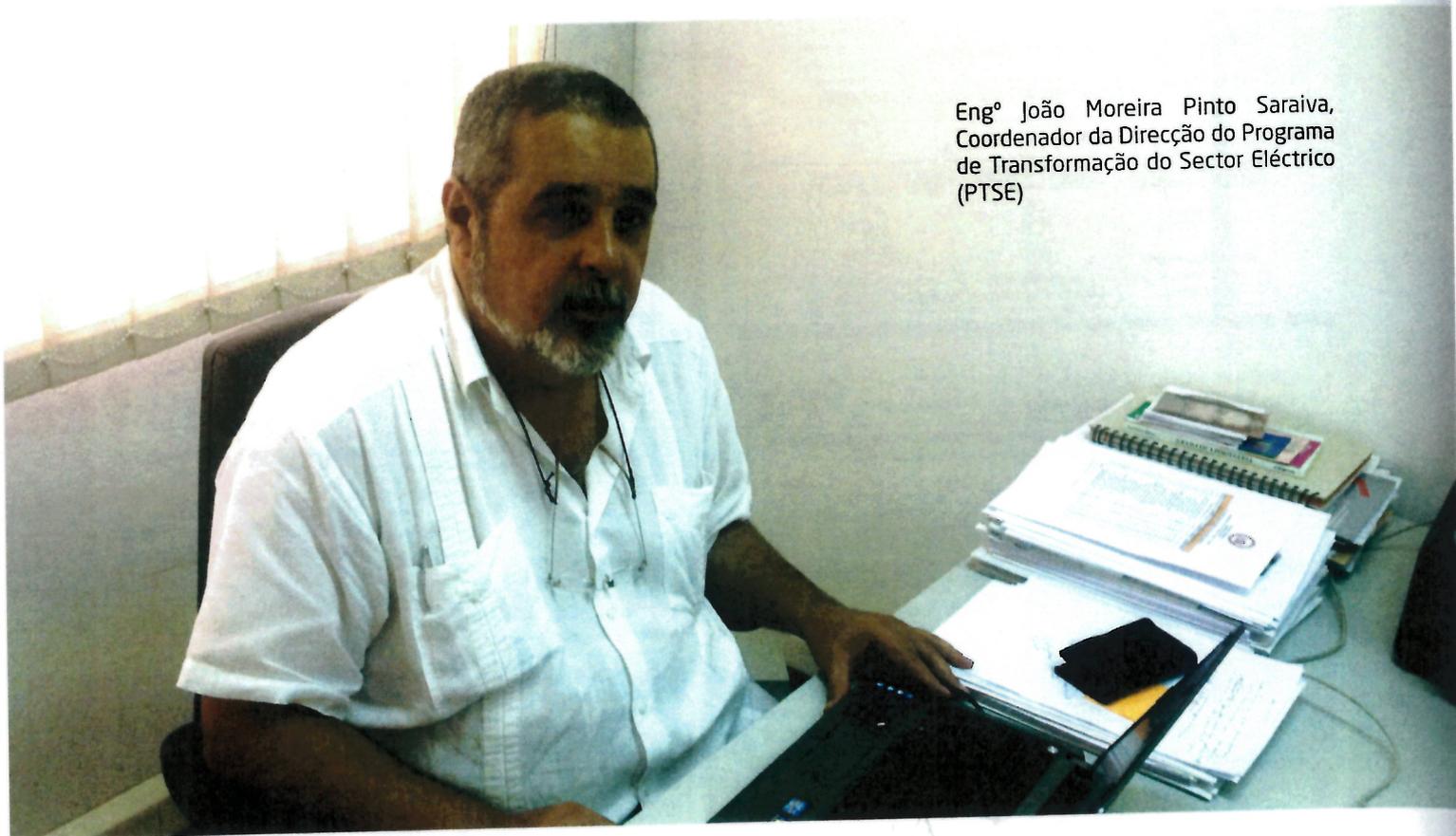


"PRETENDEMOS QUE CADA EMPRESA SE ESPECIALIZE NUM ÚNICO RAMO DO NEGÓCIO DE ELECTRICIDADE"



Eng.º João Moreira Pinto Saraiva,
Coordenador da Direcção do Programa
de Transformação do Sector Eléctrico
(PTSE)

Muito se tem falado sobre o processo de transformação do sector eléctrico. Para um esclarecimento pormenorizado sobre o desenrolar dos trabalhos, que culminaram com a criação das três empresas, nomeadamente a Empresa Nacional de Produção de Electricidade (PRODEL), a Rede Nacional de Transporte de Electricidade (RNT) e a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE), o Magazine convidou o Eng.º José Saraiva. Na qualidade de Coordenador da Direcção do Programa de Transformação do Sector Eléctrico (PTSE) disse que nenhum funcionário perderá emprego, nem será prejudicado salarialmente devido à transformação.

Por: Nascimento Quicassa

MAGAZINE ENERGIA & ÁGUAS - Que passos já foram dados sobre o Programa de Transformação do Sector Eléctrico?

JOÃO SARAIVA - O Programa de Transformação do Sector Eléctrico

(PTSE) já está a decorrer desde Outubro de 2012 e, por este motivo, já foram dados alguns passos relevantes, tais como, numa primeira fase, a realização do levantamento e diagnóstico aos actuais processos, responsabilidades e funções de todas as áreas da cadeia de valor, visando a identificação de um conjunto de acções. Numa fase seguinte, foram desenhados os modelos futuros tendo por base os princípios orientadores de evolução do modelo existente, áreas de actuação e pontos de decisão para a reestruturação do sector. Com o objectivo de executar e controlar as várias actividades no caminho crítico para a constituição das novas empresas, foi realizada uma fase de transição.

MEA - Quais são as mudanças operacionais que se vão verificar com a criação das três empresas do ramo da energia?

JS - Com a criação das três novas empresas, pretende-se reduzir os custos e ter uma operação mais eficiente, aumentar a transparência e o controlo financeiro das empresas e, por último, melhorar a adaptação ao modelo de mercado definido.

É necessário pedir a atenção dos consumidores para a necessidade de poupar e combater o desperdício de electricidade e adoptarem medidas de eficiência energética.

MEA - Poderia avançar os nomes das empresas?

JS - Vão ser a Empresa Nacional de Produção de Electricidade (PRODEL), a Rede Nacional de Transporte de Electricidade (RNT) e a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE).

MEA - Qual é a previsão do capital social das empresas constituídas?

JS - Encontramo-nos ainda a refinar os orçamentos e balanços de abertura das novas empresas, por isso, ainda não posso adiantar uma resposta final a essa questão. O importante a ressaltar é que as empresas serão constituídas com os capitais sociais necessários e financiamentos para funcionar eficazmente.

MEA - Os objectivos plenamente traçados permitem garantir a qualidade e eficiência operacional das empresas?

JS - A intenção é essa. É, aliás, um dos motivos principais pelos quais foi iniciada esta transformação. Separar as actividades de Produção, Transporte e Distribuição permitirá que cada empresa se foque e especialize num ramo do negócio de electricidade. Simultaneamente, serão criadas as condições para uma maior profissionalização da gestão das empresas, com monitorização contínua de indicadores de desempenho corporativo, operacional e técnico, em consonância com os requerimentos do Regulamento de Qualidade de Serviço publicado pela entidade reguladora, o IRSE. Um rigoroso processo de elaboração dos orçamentos das futuras empresas e acompanhamento do seu grau de execução poderá garantir aos Conselhos de Administração que a respectiva empresa faz uma gestão eficaz dos fundos, minimizando os desajustes.

MEA - Como será feita a distribuição dos recursos humanos quando as empresas entrarem em efectividade?

JS - A alocação de recursos humanos nas novas empresas será feita através da correspondência entre a situação actual e as futuras estruturas organizativas. Na maioria dos casos, esta correspondência é feita de forma directa, noutros, foi necessária uma análise mais aprofundada na qual se teve em consideração um conjunto de critérios para fundamentar a alocação. Entretanto, é bom recordar que os princípios que nortearam todo esse processo foram:

1. Ninguém perderá o emprego.
2. Ninguém será prejudicado salarialmente devido à transformação.

MEA - De que forma, os resultados dos trabalhos ajudarão na melhoria do fornecimento de energia eléctrica às populações?

JS - Embora não esteja no âmbito dos nossos trabalhos, temos conhecimento do grande esforço que o Estado angolano está a fazer na construção de novas centrais eléctricas (por exemplo Laúca, Cambambe II, Ciclo Combinado do Soyo, etc.), nas linhas de transporte, no aumento da capacidade de transformação (dezenas de novas subestações em construção), no aumento e melhoria das redes de distribuição, etc.

No âmbito do PTSE, pode referir-se que estão em curso iniciativas para a melhoria operacional nas empresas, como seja nas áreas de atendimento comercial e gestão técnica das redes, com reforço das equipas de campo na resolução de avarias.

Outras actividades vão focar-se no reforço da disponibilidade dos activos, através da programação e execução dos trabalhos de manutenção dos equipamentos nas centrais eléctricas e reabilitação das redes, permitindo assim reduzir o tempo e frequência dos cortes de fornecimento de energia eléctrica.

Tudo isto será, naturalmente, suportado pelo aumento das acções de formação aos trabalhadores, o que possibilitará a prestação de um melhor serviço ao público em geral.

MEA - Quais as regiões a beneficiar do programa à luz da criação das empresas?

JS - O Programa de Transformação é global e abrangerá as empresas no seu todo, pelo que, geograficamente falando, todas as províncias e regiões onde hoje estão presentes as empresas públicas. As alterações organizativas sentir-se-ão em todas as locais.

Algumas mudanças mais práticas, nos "métodos de trabalhar", estão a ser estudadas e desenvolvidas numa lógica de piloto e quando os Conselhos de Administração estiverem satisfeitos com os resultados alcançados, então serão levadas à implementação por todo o território.

MEA - Existe alguma recomendação específica para a cidade de Luanda, em função do acentuado défice energético?

JS - Como já referido, embora fora do nosso âmbito, temos conhecimento de que existe já um conjunto de investimentos em curso com vista a melhorar o fornecimento de energia por todos os bairros da capital, como seja o reforço da capacidade instalada de produção, a expansão da rede nacional de transporte, que permitirá trazer energia das centrais mais distantes, ou a reabilitação das redes de distribuição em baixa tensão.

Uma das áreas com grandes necessidades futuras de investimento, onde há um caminho ainda longo a percorrer, é na distribuição - extensão das redes suburbanas, reabilitação das redes precárias, etc.

ENTREVISTA

hábitos, não deixando equipamentos ligados quando desnecessário, poupando sempre, porque isso é um benefício para o ambiente, para a economia do país e para o "bolso" de cada um.

MEA - Até que ponto corresponde à verdade as informações segundo as quais a EDEL e a ENE irão desaparecer no quadro da transformação do sector?

JS - O Programa de Transformação do Sector Eléctrico compreende a reestruturação societária e organizacional prevista no Decreto presidencial nº 256/11, de 29 de Setembro, para o IRSE, GAMEK (Capanda) e empresas públicas de Produção, Transporte e Distribuição. Assim sendo, a ENE Distribuição e a EDEL vão fundir-se e dar origem à nova empresa pública de distribuição (ENDE). Da mesma forma, a ENE Produção e o GAMEK (Capanda) vão-se fundir e dar origem à nova empresa pública de produção (PRODEL) e a ENE Transporte irá dar origem à nova empresa pública de transporte (RNT).

MEA - Que zonas requererão maior investimento?

JS - Apesar de estar fora do nosso âmbito de trabalho, poderia dizer que começaremos com os grandes investimentos em produção e na rede de transporte para interligar o país. Complementarmente, uma das áreas com grandes necessidades futuras de investimento, onde há um caminho ainda longo a percorrer, é na distribuição – extensão das redes suburbanas, reabilitação das redes precárias, etc.

MEA - Quais as áreas em que os investidores privados poderão actuar?

JS - Com excepção do Transporte que, por imperativo legal deve continuar do Estado, ao nível da Produção há espaço para novos investimentos com capitais privados, e também ao nível da Distribuição, onde poderão ser estabelecidas concessões locais, quando vantajoso.

Paralelamente, existe também uma estratégia de externalizar serviços e projectos a fornecedores privados especializados no sector, por exemplo na manutenção de activos e implementação do pré-pagamento a nível nacional.

MEA - Quais as recomendações que a Coordenação do PTSE fará ao MINEA, em relação à manutenção e conservação dos equipamentos eléctricos?

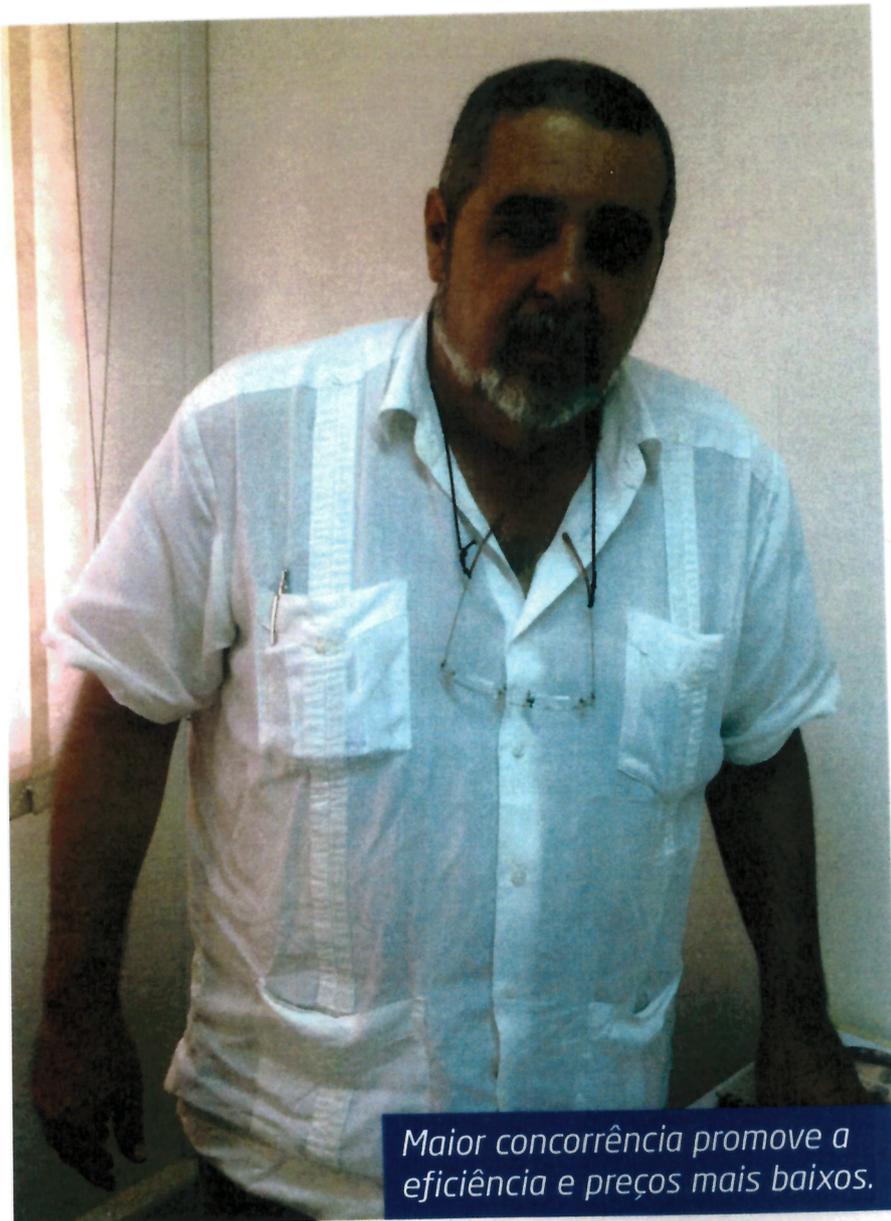
JS - As recomendações passam essencialmente por duas vertentes: A primeira foi a definição de uma estratégia de externalização de funções para a manutenção de activos eléctricos de especial interesse, que exigem conhecimentos técnicos muito particulares ou em áreas de rápida expansão onde existam capacidades internas limitadas.

A segunda vertente passa pela maximização do potencial da força de trabalho interna, através da definição de roteiros de formação das equipas técnicas e de uma melhor coordenação e cumprimento dos planos de manutenção preventiva.

MEA - De que forma será garantida a correcta regulação do sector eléctrico?

JS - O Instituto Regulador do Sector Eléctrico (IRSE) tem vindo a publicar ao longo dos últimos três anos um

conjunto de regulamentos que dão corpo ao novo modelo de mercado e estabelecem as regras de funcionamento e de relacionamento comercial e operacional entre as empresas do sector. É, agora, preciso colocar em prática os requisitos estabelecidos nesses regulamentos e nesse sentido o Regulador trabalhará conjuntamente com os Gabinetes de Assuntos Regulatórios das futuras empresas, apoiando-os na implementação das directrizes necessárias ao cumprimento de todos os requisitos regulatórios. Aqui, importa realçar que só com uma



Maior concorrência promove a eficiência e preços mais baixos.

Com a excepção do Transporte que, por imperativo legal deve continuar do Estado, ao nível da Produção há espaço para novos investimentos com capitais privados, e também ao nível da Distribuição, onde poderão ser estabelecidas concessões locais quando vantajoso.

regulação clara, eficaz e responsável se poderá criar as condições de estabilidade que dão confiança a que agentes privados queiram investir em Angola.

MEA - Quais as mudanças a serem operadas para o reforço de capacidades do Instituto Regulador do Sector Eléctrico (IRSE)?

JS - capacitação e o desenvolvimento do regulador fazem também parte da transformação. Nesse sentido, espera-se que o IRSE ganhe maior autonomia como órgão consultivo e fiscalizador do sector eléctrico, defendendo o equilíbrio de forças entre os interesses dos consumidores e os agentes económicos.

Serão desenvolvidas as ferramentas e instrumentos necessários para que o IRSE desempenhe as suas funções de avaliação contínua das condições de mercado, nomeadamente, quanto aos preços e tarifas, quantidade, qualidade e segurança do fornecimento de energia.

Tenho conhecimento de que o IRSE tem um plano para a contratação de novos quadros e a previsão de que venham a ser estabelecidos gabinetes representativos em todas as províncias, aproximando-se da realidade dos diferentes consumidores e populações. Além disso, o IRSE integra a Associação de Reguladores de Energia dos Países de Língua Oficial Portuguesa (RELOP) e a Associação de Reguladores de Electricidade da Comunidade dos Países da África Austral (RERA) e tem procurado absorver as experiências de outros países que seguiram projectos de transformação similares.

MEA - Haverá alguma revolução na regulação dos preços de electricidade?

JS - Não creio que possamos chamar de "revolução". Como sabe, as tarifas de venda de electricidade não são actualizadas desde 2006 e é conhecido um pouco por todos que os preços actuais não são suficientes para cobrir os custos de geração e fornecimento de energia. Isso requer que o Governo faça hoje um esforço financeiro bastante elevado para manter em funcionamento as empresas actuais.

A decisão do Executivo é ir gradualmente aproximando as tarifas ao custo real da energia, ao longo de um prazo de tempo razoável, tendo sempre em consideração o impacto para as empresas e para as famílias, em particular para aquelas franjas da população mais

vulneráveis. Para essas, continuará sempre a existir "tarifas sociais" que se manterão subsidiadas, permitindo que continuem a usufruir da electricidade a preços reduzidos.

A diminuição da subsidiação ao sector permitirá que o Governo direcione mais verbas do OGE para outras áreas de desenvolvimento em Angola, como por exemplo a saúde, a educação, a construção social ou o saneamento urbano.

MEA - Qual é o modelo que será adoptado, a fim de permitir a redução do subsídio do Estado e combater às ineficiências que se verificam no sector?

JS - O Novo Modelo de Mercado assenta em dois princípios fundamentais: Em primeiro lugar, a liberalização da actividade de produção e constituição do "Comprador Único". Nesta vertente, as empresas públicas e privadas concorrerão directamente entre si para fornecer electricidade ao Sistema Eléctrico Público, baseado numa "ordem de mérito". Maior concorrência promove eficiência e preços mais baixos.

Em segundo lugar, as actividades de transporte e distribuição passarão a ter custos regulados, por serem considerados monopólios naturais (devido às elevadas economias de escala na utilização das redes). O modelo remuneratório para estas empresas será baseado em custos (vulgarmente chamado no sector "Modelo Cost-Plus"). Neste modelo, as empresas identificam os custos previstos para execução dos seus trabalhos e cabe ao Regulador avaliar a razoabilidade desses custos e aceitá-los para efeitos de cálculo de tarifas.

Está ainda previsto definir um conjunto de alavancas que periodicamente serão implementadas para aumentar a eficiência do sistema e reduzir os custos do sector, como por exemplo incentivos para redução das perdas, massificação de contadores pré-pagos e melhoria dos processos de facturação e cobrança.

CONHECEDOR DO "METIER"

João Moreira Pinto Saraiva foi admitido em 1989 como Engenheiro na ENE-UEE, Direcção Regional Centro, tendo sucessivamente desempenhado as funções de Director Regional Centro (1990) e Director Geral da ENE-UEE (1992). De Novembro de 1992 a Abril de 1997, foi Secretário de Estado de Energia e Águas e desde então a Janeiro de 1999, Ministro de Energia e Águas. Desde Janeiro 1999, é técnico superior na ENE-EP, tendo desempenhado a função de Assessor do Ministro da Energia e Águas de 1999 a 2005. De Agosto de 2010 a Fevereiro de 2012, foi membro da Comissão de Gestão do GAMEK, sendo desde Abril de 2012 Conselheiro do Ministro da Energia e Águas e Coordenador da Direcção do Programa de Transformação do Sector Eléctrico. Desde 2007, é docente na Universidade Independente de Angola (UNIA).